

MEU NOME É

Ashley

Santa Catarina é referência em cirurgias particulares de pessoas transgênero na América Latina, mas em contraste àqueles que podem pagar, 120 catarinenses ainda aguardam na fila do SUS pelo objetivo de ser quem realmente são. Reportagem especial detalha a luta por procedimentos e expõe um sistema moroso de suporte e apoio a pacientes à espera de um sonho

REPORTAGEM

TALITA CATIE

talita.medeiros@nsc.com.br

DESIGN

CILIANE PEREIRA

ciliane.gularte@nsc.com.br

FOTOGRAFIA

PATRICK RODRIGUES

patrick.rodrigues@nsc.com.br

LUCAS AMORELLI

lucas.amorelli@nsc.com.br

EDIÇÃO

AUGUSTO ITTNER

augusto.ittner@nsc.com.br





LUCAS AMORELLI

Um prédio icônico na região central de Blumenau abriga algo que há muito tempo deixou de ser segredo — apesar da discrição de alguns pacientes. No oitavo andar, uma clínica especializada em cirurgias de transgêneros recebe pessoas do Brasil e do exterior com condições de pagar milhares de reais para se tornar quem de fato são. A alta procura, inclusive por celebridades, colocou Santa Catarina em evidência mundial. A história das irmãs gêmeas que fizeram redesignação sexual na unidade, por exemplo, virou série na HBO: “Gêmeas Trans: Uma Nova Vida”.

Mas na contramão da celeridade e do amparo encontrado na rede particular, quem depende do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta os desafios de um atendimento lento e que ainda está engatinhando quando o assunto é paciente transexual. Atualmente, apenas duas das 295 cidades catarinenses têm ambulatórios trans. E a rede pública do Estado não conta com um hospital credenciado para as cirurgias do chamado processo transexualizador, como é o caso da redesignação sexual, da mastectomia masculinizadora — retirada de mama para transformar em tórax masculino — e da redução do pomo de Adão.

Na prática, isso significa que o governo de Santa Catarina precisa encontrar um hospital em um dos sete estados brasileiros com unidades habilitadas pelo Ministério da Saúde. O resultado da baixa quantidade de prestadores do serviço no Brasil se reflete em longas filas de espera. Dados da Secretaria de Estado da Saúde apontam 120 pessoas de todas as regiões catarinenses aguardando, sem previsão, pelos procedimentos no SUS, porque depende de a secretaria estadual conseguir vagas fora de SC, o que a pasta diz estar tentando fazer.

No fim de março, o Ministério Público abriu um inquérito civil para “apurar eventual omissão” do governo de Santa Catarina. No documento, a promotora Isabela Ramos Philippi deu 15 dias para a Secretaria de Estado da Saúde explicar o que está ocorrendo. A Defensoria Pública também abriu um procedimento em tutela coletiva cobrando esclarecimentos sobre quais medidas efetivamente têm sido tomadas para solucionar o problema de forma definitiva, considerando que se trata de um direito garantido à população trans.

— O Estado de Santa Catarina tem a obrigação, o dever, de prestar o acesso à saúde dessas pessoas, a promover o processo transexualizador e ainda não o faz — afirma a defensora Pública Ana Paula Berlatto Fão Fischer. >> **SEGUIE** >>

Ashley Costa é mulher trans e luta pela sonhada cirurgia de redesignação sexual pelo SUS

A agonia da espera

1 Mariana aguarda na fila pelo sonho de ser quem realmente é

2 Defensoria Pública de Santa Catarina pediu ao Estado esclarecimentos sobre a fila do SUS para cirurgias de pessoas trans

3 Cobrança de explicações do MPSC a respeito das cirurgias transexualizadoras

4 Beatrice começou a terapia hormonal por conta própria aos 18 anos

Embora as cirurgias conhecidas como de mudança de sexo estejam incluídas na lista do Sistema Único de Saúde há mais de uma década, Mariana*, de Blumenau, sabia que o caminho seria longo e árduo. Ela o enfrenta com a garra de quem já passou por muitos desafios na vida e sabe que esse é mais um a ser superado. Perdeu a mãe aos 19 anos, ficou responsável por criar o irmão caçula. Só aos 32 anos pôde se colocar como prioridade e procurou ajuda para começar a transição de gênero.

Ela afirma ter consciência de que estava no corpo errado desde a infância, pois nunca se identificou no gênero masculino. Quando deu o primeiro passo para se encontrar, esbarrou na desinformação.

— Pesquisei muito sobre quais direitos eu teria pelo SUS, porque sabemos que é uma cirurgia cara na rede privada e eu não tenho como pagar. Quando cheguei ao posto de saúde para saber com quem falava, qual o primeiro passo, ninguém sabia indicar. Até que uma enfermeira, um anjo, disse ter ouvido falar de uma pessoa que já tinha feito o procedimento na rede pública e poderia me ajudar. E essa segunda mulher me orientou — recorda Mariana.

Do primeiro dia que cruzou a porta do posto de saúde em busca da cirurgia de redesignação sexual até hoje, já se passaram quatro anos. A legislação exige ao menos dois de acompanhamento multidisciplinar antes de qualquer uma das cirurgias transexualizadoras. Essa cobrança não ocorre

na rede privada, o que dá celeridade ao processo para aqueles com condições de pagar. Por duas vezes Mariana ficou a um triz de realizar o sonho, quando foi informada pelo governo de Santa Catarina que haviam conseguido marcar a cirurgia. Primeiro no Rio de Janeiro e depois em Goiás. Nas duas vezes, no entanto, houve cancelamento.

No fim do ano passado, o Estado voltou a fazer contato para perguntar se ela ainda tinha interesse em ficar esperando.

— Se não fosse algo tão importante para mim, por que eu ia entrar na fila, correr atrás, ter toda aquela dor de cabeça por causa da burocracia tremenda? Quando eu iniciei minha transição eu estava consciente de que essa pessoa sou eu. Se não, não teria iniciado — desabafa a mulher.

As angústias de Mariana são as mesmas que ecoam diariamente na cabeça de Beatrice Rodrigues. Criada em uma família religiosa de Blumenau, ela precisou superar primeiro o estigma de que ser transexual é errado. Em 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de doenças mentais e passou a tratá-la como incongruência de gênero — quando o gênero vivenciado de um indivíduo é diferente do sexo atribuído.

Aos 18 anos, Beatrice começou a terapia hormonal por conta própria, até que uma professora a levou a uma psicóloga, onde recebeu encaminhamento para um endocrinologista. Hoje ela recebe todo o

acompanhamento pelo SUS, ainda que com percalços, enquanto espera pela cirurgia genital.

— Não foi nada em linha reta, tipo: “Vou ao médico, ele me encaminha para o endócrino e psicóloga. Foi tudo sinuoso, porque Blumenau não tem um centro que cuide de pessoas trans. Fui atendida por dois meses no Serviço de Avaliação em Saúde Mental até me transferirem para o Caps, onde passei cerca de quatro meses em consulta com psicóloga e psiquiatra, até falarem que não iriam mais me atender porque eu não tinha nenhum problema que é tratado por eles. Assim, fiquei meio que à deriva, porém uma psicóloga do Cedap aceitou pegar o meu caso. Depois de um ano de consulta com a endócrino e dois com a psicóloga solicitei o encaminhamento à cirurgia de redesignação sexual e deram entrada no processo. Isso já faz dois anos.

Parecia ser mais uma etapa vencida, até uma surpresa desagradável se revelar. No fim de março, ao dar entrevista para esta reportagem, ela acreditava estar na fila do SUS, pois tinha ligado para o setor de tratamento fora do domicílio para se informar e ouviu que “nenhum médico tinha pegado o caso ainda”, entretanto seguia na lista. O nome dela aparece, inclusive, em uma relação a qual a reportagem da NSC teve acesso. Mas em uma visita pessoalmente à Secretaria de Saúde, a informação recebida foi bem diferente. O documento entregue a Beatrice mostra que o pedido

1



Diante do exposto, afim de obter esclarecimentos acerca da situação narrada e evitar possíveis violações de direitos à população vulnerável, a **Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina**, nos termos do art. 128, X, da Lei nº 80/94 e art. 1º, e 4º, solicita informações acerca da realização dos procedimentos cirúrgicos de processo transexualizador em pessoas transgênero nos hospitais catarinenses e, em sua falta, se é garantido o encaminhamento da pessoa interessada por meio de procedimento Fora do Domicílio para outro Estado ou se promove o custeio do tratamento em equipamento privado, especificando como ocorre o referido trâmite e os locais conveniados com previsão para atendimento de forma pormenorizada.

DPE-SC, REPRODUÇÃO

2

6. Descrição e delimitação do fato objeto:

Apurar eventual omissão de política pública de saúde pelo Estado de Santa Catarina, ante a ausência de habilitação de estabelecimentos em Atenção Especializada no Processo Transexualizador na modalidade hospitalar, a ausência de pactuação formal com outros Estados da Federação para encaminhamento de pacientes e a ausência de publicidade na fila de espera por cirurgias do Processo Transexualizador.

MPSC, REPRODUÇÃO

3

para a cirurgia ocorreu em janeiro de 2022 e foi negado no mês seguinte, com a justificativa: “Sem prestador de serviço”.

O documento entregue à paciente mostra que ela fez contato em setembro daquele ano perguntando sobre o processo, mas Beatrice garante que nunca soube disso. A recomendação que ouviu ali foi ir novamente ao posto de saúde para fazer um novo pedido ou procurar a Defensoria Pública para buscar uma solução na Justiça.

— É uma indignação bem grande você estar há dois anos esperando e uma coisa que foi negada no segundo mês — lamenta.

Os obstáculos enfrentados por Mariana e Beatrice as fazem ser unânimes no desejo por um atendimento especializado pelo SUS para pessoas trans. Na avaliação delas, isso poderia fazer com que não tivessem sofrido problemas como ser chamadas pelo nome morto — o anterior à mudança no registro — mesmo tendo o direito legal de serem chamadas pelo nome social antes da troca em cartório, ou até mesmo por médicos que dizem não atender pacientes trans.

Questionada se planeja criar um serviço especializado ou quais diretrizes dá aos postos de saúde sobre o tema, a prefeitura de Blumenau não se manifestou.



4

Ministério Público cobra explicações

A “espera infernal”, como descreve a moradora de Florianópolis, Ashley Costa, fez com que ela entrasse na Justiça para tentar conseguir a cirurgia de redesignação sexual pelo SUS. O processo ainda está em fase de recurso. Paralelamente, ela também denunciou a demora — e a falta de previsibilidade — ao Ministério Público do Estado. Nos documentos, relata as angústias de viver aprisionada a um corpo no qual não se reconhece. O MPSC decidiu abrir um inquérito civil e cobrar explicações do governo de SC.

A promotora Isabela Ramos Philippi deu até o dia 15 de abril para a Secretaria de Estado da Saúde informar sobre as tratativas para credenciar hospitais em SC; informar quantos pacientes que aguardam na fila de espera; apresentar listagem de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual realizados em pacientes de SC desde 2016 e informar a relação dos pacientes na lista de espera para realização de procedimento cirúrgico ou encaminhamento a partir de 2020.

Ashley conseguiu encaminhamento do Estado para fazer a cirurgia em Goiás há cerca de um ano e meio, mas a fila não anda. Pelo contrário. Ela diz que às vezes sobe algumas posições, às vezes cai. Mas para conseguir estar nessa fila, a moradora de Florianópolis mostra muitos e-mails de cobrança. Estar cadastrada no sistema, porém, não alivia o estresse da situação.

— As pessoas sofrem, e muito, por estarem no corpo errado. Por ter um membro que elas não reconhecem.

O Ministério Público não se manifestou sobre a abertura do inquérito civil para apurar a situação, mas confirmou o prazo de 15 dias dado ao governo do Estado para se manifestar. A denúncia de Ashley também está na Defensoria Pública de Santa Catarina, onde não é a única do gênero, conta a defensora Ana Paula Berlatto Fão Fischer. O órgão já ajuizou algumas ações contra o Estado para tentar garantir o direito dos pacientes às cirurgias do processo transexualizador.

A Defensoria, inclusive, já se reuniu com a Secretaria de Estado da Saúde para entender o cenário e propor soluções.

— Esse diálogo é para que o Estado saia da inércia e cumpra seu dever em relação a essas pessoas. O governo já não exercia seu papel mesmo facilitando o encaminhamento para outros estados, mas hoje não se tem nessa via intermediária. Então SC precisa pensar nessa política pública, habilitar unidade adequada e fornecer esses procedimentos — pontua. >> SEGUE >>

O preço da demora é a saúde mental

A incerteza sobre a data da cirurgia é combustível para problemas de saúde mental de quem está na fila de espera do SUS de Santa Catarina. É o que conta o médico Marcello Lucena, coordenador do Ambulatório Trans de Florianópolis, o primeiro do gênero em Santa Catarina criado, em 2015. Atualmente só existe outro em São José. Ambos são mantidos pelas prefeituras. Segundo Marcello, os atendimentos psicológicos são o segundo serviço mais procurado. Só ficam atrás das prescrições hormonais — normalmente o primeiro passo na transição de gênero.

Com uma equipe composta por médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social, o ambulatório é referência em atendimento ambulatorial para pessoas trans na Capital. A sala dentro da policlínica é rotineiramente o ponto de partida quando o assunto é cirurgia transexualizadora. Ali, além de acompanhamento especializado, são preenchidos os formulários de encaminhamento para os procedimentos hospitalares, represados em SC desde 2020, segundo Lucena.

E essa demora tem um preço.

— É muito subjetivo o que a cirurgia representa para cada pessoa, mas a gente vê muitas situações em que o não acesso ao procedimento gera muito sofrimento em saúde mental. Às vezes até gerando um risco para pessoa de ideação suicida, de automutilação. Não estou dizendo que isso é um padrão, mas em alguns casos é bastante presente e acaba sendo angustiante fazer esse acompanhamento. Acaba que as pessoas que têm acesso são as com condições de pagar plano de saúde ou fazer particular. Quem não tem esse recurso fica desassistida — diz.

Esse é o mesmo cenário descrito pela coordenadora -geral da Associação em Defesa dos Direitos Humanos (Adeh), Lirous K'yo Fonseca Ávila. Na análise dela, o que se vê em Santa Catarina é resumido em uma palavra: desinteresse.

— É incrível pensar como uma cirurgia tida como estética é capaz de curar aquilo que está ligado à saúde mental. A gente está falando sobre a necessidade de conseguir convencer o poder público da importância dessas cirurgias, principalmente a de troca de sexo. Temos casos de pessoas que tentam suicídio, de automutilação, que nós precisamos convencer a não fazer isso porque esse órgão precisa estar lá para a cirurgia ocorrer — conta.

LUCAS AMORELLI



Ambulatório Trans de Florianópolis é um dos únicos em todo o Estado



Enquanto a cirurgia não ocorre...

Frederico* não esconde incômodo com os seios marcando as roupas. Ele aguarda por uma mastectomia masculinizadora, um procedimento considerado menos complexo do que as modificações genitais. A expectativa é grande para poder finalmente tirar a camiseta e não ser alvo de olhares preconceituosos. A jornada do jovem, hoje com 26 anos, começou em 2016 e desde então ele já precisou preencher os documentos do encaminhamento duas vezes, pois da primeira houve falha. A última foi em agosto do ano passado.

Mas não bastasse a espera da cirurgia, Frederico se viu diante de outra barreira. Ele refez os documentos com o novo nome e, quando chegou ao posto de saúde para fazer o exame preventivo Papanicolau, a atendente disse que não seria possível, pois para o sistema ele é um homem e não teriam como cadastrá-lo na hora de enviar o material para o laboratório. Para piorar, ao refazer a carteira do SUS, o nome de registro da infância voltou a figurar no documento como apelido.

— Os retornos das consultas também são terríveis, pois eles pedem exames, você faz, mas a consulta é meses e meses depois. Isso está assim depois que veio a pandemia e continuou — diz.

A IMPORTÂNCIA DOS AMBULATÓRIOS TRANS

O relato de Frederico vai ao encontro da análise do médico Marcello Lucena. Ele cita que os ambulatorios trans devem ser um serviço complementar aos postos de saúde. Mas enquanto o serviço na ponta ainda não está completamente preparado para receber a população transexual, os ambulatorios se tornam fundamentais. Avançar nesse ponto, na leitura do coordenador, passa por formação, por incluir a saúde dessa população nos temas abordados dentro das graduações.

— Enquanto não se consegue garantir que todos os profissionais façam esse atendimento, serviços específicos são necessários. E aí entra o ambulatório trans — pon-

tua.

A advogada especialista na área de Direitos LGBTQIAPN+ Alethéa Diniz revela as principais demandas pelas quais a procurada e elas escancaram os obstáculos encontrados pela população trans:

— A demanda maior no meu cotidiano são casos de transfobia, principalmente na utilização do nome morto ou a negativa da utilização do nome social ou do nome retificado por pessoas físicas e jurídicas, causando ainda mais constrangimentos e danos psicológicos à comunidade trans. Há também uma grande busca sobre a questão de como ter acesso às cirurgias do processo transexualizador, tanto pelo SUS quanto por serviços de saúde suplementar, sejam eles seguros, convênios ou planos de saúde.

E ela frisa:

— Os direitos negados são constitucionais, como Direito à Dignidade da Pessoa Humana (art 1º, III), Direito à Vida (art. 5º) e Direito à Saúde (art 196), todos da Constituição Federal de 1988.

Quem pode recorrer à rede privada

A rede privada é alternativa para as pessoas transexuais com condições de bancar os custos das cirurgias transexualizadoras. A clínica de Blumenau, por onde já passaram a atriz Glamour Garcia e a modelo Thalita Zampiroli, atende exclusivamente pacientes à procura de redesignação de sexo, harmonização facial e corporal. A unidade encontrou uma demanda reprimida tão alta que, segundo o médico e empresário José Carlos Martins, hoje é a principal do Brasil em número de atendimentos, com muitos pacientes vindos da Europa e Estados Unidos.

Foram essas credenciais que fizeram Mayra Paschuini percorrer aproximadamente 2,3 mil quilômetros para fazer a redesignação sexual em Santa Catarina. Moradora de Rondônia, no Norte do Brasil, ela começou a se estranhar no corpo masculino ao entrar na escola e ser alvo de piadas dos colegas por causa da forma como andava. Com o tempo, o comportamento e as preferências também deixavam evidente que a professora não se identificava com o próprio corpo. De família humilde, ela fez duas faculdades, passou em um concurso público e só depois de conseguir estabilidade financeira começou o processo de transição, aos 27 anos.

Mayra acreditava na época que só conseguiria fazer as cirurgias no exterior, até descobrir a clínica em Blumenau. Em Santa Catarina realizou harmonização facial

e prótese mamária particular, desembolsando cerca de R\$ 80 mil. Era um passo importante, mas não era tudo. A educadora precisava da redesignação sexual, porém não tinha mais condições de bancar os custos envolvidos no procedimento. Foi quando decidiu acionar o plano de saúde. Depois de quase um ano de tratativas, veio a autorização e mais uma cirurgia em SC.

— O orçamento era R\$ 70 mil, com procedimento, hospedagem, passagens aéreas. Eu não teria condições para arcar com esses custos todos — conta.

No fim do ano passado, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu de forma inédita e por unanimidade, que as operadoras de planos de saúde têm a obrigação de custear as cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária com implantação de próteses para mulheres transexuais. Na decisão, a relatora Nancy Andriighi refutou o argumento de uma empresa de plano de saúde de que não iria pagar por ser um procedimento experimental. Ela frisou que por estar no rol de procedimentos do SUS, há evidências científicas que corroboram a eficácia do procedimento.

A ministra também ressaltou que a prótese mamária não é estética.

“Muito antes de melhorar a aparência, visa, no processo transexualizador, a afirmação do próprio gênero, incluída no conceito de saúde integral do ser humano, enquanto medida de prevenção ao adoeci-

mento decorrente do sofrimento causado pela incongruência de gênero, pelo preconceito e pelo estigma social vivido por quem experiencia a inadequação de um corpo masculino à sua identidade feminina” declarou.

A decisão do Superior Tribunal de Justiça repercutiu rapidamente e fez disparar a procura na clínica de Blumenau. O médico José Carlos Martins conta que precisou abrir um setor específico para dar conta da demanda de pacientes com convênios. A agenda da clínica mostra três cirurgias genitais agendadas por semana até o segundo semestre e a expectativa é de que chegue a cinco semanais até o último trimestre de 2024.

— Os planos de saúde estão entendendo que é melhor fazer o procedimento do que partir para uma ação judicial e ainda correr o risco de ter que pagar danos morais ao paciente pela demora em atender ao pedido. É preciso que as empresas prestadoras de serviços em saúde entendam que não é estética, é integração social, qualidade de vida — destaca.

Ter o plano de saúde afastou Mayra do abismo da fila de espera do SUS.

— Foi um divisor de águas a redesignação sexual, é algo inexplicável. As outras cirurgias foram importantes, mas aquela era a principal. Quando acordei da cirurgia e a anestesia foi passando, eu pensei: pronto, agora sou 100% eu. Uma nova pessoa. Tudo muda — relembra. >> **SEGUE >>**

Frederico* teve o chamado “nome morto” colocado como “apelido” na carteirinha do SUS

PATRICK RODRIGUES

Falta de hospitais habilitados cria gargalo

O cirurgião José Carlos Martins cita pesquisas apontando que de 3% a 5% das pessoas transexuais têm interesse e indicação para redesignação sexual. Esse número se reflete nos procedimentos mais procurados na clínica dele: em primeiro e segundo lugar estão as cirurgias de feminilização facial e corporal. Das 650 cirurgias do processo transsexualizador feitas desde nos últimos nove anos, 187 foram genitais.

Há um abismo se comparado ao número de pacientes de SC que fizeram a readaptação genital pelo SUS: apenas cinco nos últimos 15 anos. Mais precisamente, uma em 2019, uma em 2022 e três em 2023. Nesse ano, até março, não houve nenhuma. Os dados são do Ministério da Saúde.

O Hospital de Clínicas do RS foi o local onde os pacientes catarinenses passaram pelas cirurgias após o encaminhamento do governo de SC. A unidade é pioneira em cirurgias de modificação corporal em pessoas trans e começou a fazer os procedimentos em 1998, com o apoio financeiro do governo gaúcho. Um ano antes, partiu de lá a ação civil pública que levou o governo federal a incluir os procedimentos no SUS uma década mais tarde, com regulamentação em 2013. Coordenadora do Programa de Identidade de Gênero (Protig) do RS, a médica Maria Inês Lobato aponta a falta de hospitais habilitados como um dos gargalos no sistema público de saúde, agravado pela pandemia da Covid-19.

— Fazemos duas cirurgias dessas por mês. Uma masculina e outra feminina.

Longe de ser o cenário ideal, na visão de Maria Inês, o hospital gaúcho recebe não só pacientes de SC, mas também de outras regiões do Brasil, como MG, Brasília e Nordeste. As visitas rotineiras desses pacientes à unidade, para o acompanhamento de dois anos exigido pelo protocolo, são custeadas pelos estados de origem. Atualmente são 48 homens e 79 mulheres nesse processo, dos quais 33 cumpriram todas as etapas e aguardam pela cirurgia. Na prática, considerando o volume de operações mensais, significa que a espera pode variar de dois a três anos no Hospital de Clínicas do RS.

A coordenadora conta que todo mês chegam mais pacientes e o hospital não tem gerência sobre a fila, pois é uma negociação entre secretarias estaduais de saúde. O cenário ideal está na ampliação no número de hospitais prestando o serviço. No país inteiro são apenas 10, segundo relação informada pelo Ministério da Saúde. Além disso, não há exigência da quantidade mínima de procedimentos.

O coordenador do Núcleo de Estudos em Gênero e Saúde da UFSC, Rodrigo Otávio Moretti-Pires, é enfático: é preciso de mais equipes credenciadas e mais dinheiro disponibilizado pelo governo federal para custear esses procedimentos. Mas ele detalha também que para conseguir essa habilitação, é preciso de uma equipe muito grande, o que torna o processo complexo.

— Sem sombra de dúvida, o fato de ter poucos serviços disponíveis acaba amarrando a possibilidade de um número maior de pessoas serem atendidas. Além disso, é preciso financiamentos específicos do governo federal, que consigam dar vazão para esse tipo de atendimento — reforça.

Atualmente, uma comissão se debruça sobre a revisão do processo transsexualizador no Brasil para “aprimoramento dos fluxos assistenciais, a ampliação e qualificação da rede de cuidados e a melhoria do processo decisório no âmbito das diferentes experiências relativas à transexualidade e travestilidade desenvolvidas nos serviços de saúde no território brasileiro”. A expectativa é de que as alterações tornem os serviços mais acessíveis, por consequência, menos demorados, pelo menos para aqueles considerados menos complexos, cita o médico coordenador do Ambulatório Trans de Florianópolis, Marcello Lucena.

No dia a dia no ambulatório, Lucena, homem trans, percebe que praticamente metade dos pacientes tem desejo e indicação para cirurgia de redesignação sexual. Muitos não dão entrada nos papéis desestimulados pelo tempo na fila. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, essa fila pode se arrastar por 10 anos. Procurada pela reportagem por e-mail, mensagens de texto e ligações telefônicas, a Secretaria de Estado da Saúde não respondeu sobre as reclamações de suposta omissão relatadas pelos pacientes e que motivaram a apuração tanto do MPSC, quanto da Defensoria Pública.

De acordo com o governo federal, não há no momento nenhum serviço hospitalar em fase de habilitação em SC.

Esse cenário leva pacientes à Justiça, para exigir a realização do procedimento, custeado pelo governo. A defensora Pública Ana Paula Berlatto Fão Fischer diz que a compra de vagas na rede privada não é o melhor caminho, é preciso uma alternativa definitiva e efetiva para a questão. Mas enquanto isso não ocorre, cita que o órgão está pronto para prestar apoio jurídico.

AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: AS CIRURGIAS COBERTAS PELO SUS E COMO ACESSÁ-LAS

As portarias 2.803, de novembro de 2013, 1.370, de junho de 2019 e 3.006, de janeiro de 2024, todas do Ministério da Saúde, preveem as cirurgias do processo transsexualizador com cobertura pelo SUS. Para acessá-las, a pessoa precisa atender a requisitos como ter mais de 21 anos e ter recebido acompanhamento multidisciplinar por pelo menos dois anos.

A hormonioterapia, um processo medicamentoso, é oferecida a partir dos 18 anos.

O primeiro passo é procurar o posto de saúde ou ambulatório trans mais perto de casa. Lá o paciente deve ser encaminhado para acompanhamento multidisciplinar mensal por dois anos. No caso de Santa Catarina, como nenhum hospital faz as cirurgias pelo SUS, é preciso solicitar o Tratamento Fora do Domicílio (TDF), serviço ligado ao governo do Estado. Com todos os documentos preenchidos, é aguardar ser chamado.

† Redesignação sexual no sexo masculino - Consiste na remoção de testículos e pênis para construção de uma neovagina, esteticamente semelhante à vagina de uma mulher cisgênero.

† Neofaloplastia em homens trans - consiste na construção de neofalo, simular a um pênis, a partir de retalho de pele e subcutâneo com inclusão de prótese peniana e testicular.

† Tireoplastia - Consiste na redução do Pomo de Adão com objetivo de deixar a voz mais feminina.

† Mastectomia masculinizadora - Consiste na remoção das mamas com reposicionamento das aréolas.

† Mamoplastia de aumento - Consiste na reconstrução da mama com implante de prótese de silicone.

† Histerectomia - Consiste na remoção do útero e dos ovários.

† Vaginectomia e metoidioplastia - Consiste em remover toda a vagina ou parte dela. Já a metoidioplastia é um tratamento hormonal com testosterona para fazer com que o clitóris cresça e se aproxime à forma de um pênis.

† Cirurgias complementares de redesignação sexual - Consiste em procedimentos complementares como, por exemplo, correções complementares dos grandes lábios, pequenos lábios e clitóris.

O fato de ter poucos serviços disponíveis acaba amarrando a possibilidade de um número maior de pessoas serem atendidas.

RODRIGO MORETTI-PIRES, coordenador do Núcleo de Estudos de Gênero da UFSC